



O EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS HORTAS ORGÂNICAS: o caso do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS

Alecsandra Santos da Cunha
Universidade Federal de Santa Maria

José Geraldo Wizniewsky
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

O presente artigo é uma síntese da pesquisa de monografia apresentada à Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. A partir da grande concentração de terra e renda no meio rural do país, os movimentos sociais de luta pela terra buscam alternativas que possibilitem a reprodução da agricultura familiar através dos assentamentos de Reforma Agrária. Contudo, as famílias assentadas nem sempre alcançam autonomia suficiente para melhorar sua qualidade de vida. Este trabalho traz, nesse sentido, uma análise acerca da organização produtiva adotada pelas famílias assentadas na busca de empoderamento e sustentabilidade socioambiental. Para tanto, foi construído um referencial teórico e análises dos dados coletados nos trabalhos de campo, além da vivência durante dois anos no tempo-comunidade desta especialização. Percebeu-se que a atividade produtiva das hortas orgânicas, engendradas pela organização produtiva das famílias assentadas, vem contribuindo para o seu empoderamento, possibilitando melhor qualidade de vida e inserção social em diferentes esferas. O trabalho evidencia diferentes perspectivas de organização socioprodutiva familiar, assim como formas de empoderamento diferenciadas.

Palavras-clave: Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Produção Orgânica.

THE EMPOWERMENT OF FAMILY FROM ORGANIC GARDENS: the case of Settlement Filhos de Sepé – Viamão/RS

Abstract

This article is a synthesis monograph research presented to the Specialization in Family Agriculture Peasant and Education Course, the Postgraduate Program in Rural Extension of Federal University of Santa Maria. From of large concentration of land and income in rural areas of the country, the social movements struggling

for land seek alternatives that enable the reproduction of family farming through the settlements of land form reform. However, settled families do not always achieve sufficient autonomy to improve their quality of life. This work brings, in this sense, an analysis of the productive organization adopted by the settled families in seeking empowerment and environmental sustainability. To this end, it was we built a theoretical framework and analysis of data collected during field work, beyond to living for two years in community-time this specialization. It became apparent that the productive activity of organic vegetable, engendered by the productive organization of settled families, has contributed to their empowerment, enabling better quality of life and social inclusion in different spheres. The work shows different perspectives of family socio-productive organization, as well as various forms of empowerment.

Keywords: Land Reform; Family Farming; Organic Production.

INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária do Brasil é concentrada, baseada em grandes propriedades. Esta realidade é fruto de um processo histórico de colonização exploratória, na qual as terras ocupadas pelos povos indígenas tradicionais deram lugar à grande agricultura capitalista, hoje representada pelo agronegócio.

No decorrer deste processo histórico, de dominação e exploração, surgiram os movimentos sociais de luta pela terra que buscam promover a democratização do acesso à terra, entre esses movimentos está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No V Congresso Nacional do MST, em Brasília no ano de 2007, o movimento afirmou em sua carta de princípios como linha política de atuação, a adoção da Agroecologia. A Agroecologia se torna frente de luta contra o modelo hegemônico de produção no campo e, não envolve apenas a produção de alimentos livres de veneno, abrange toda uma forma de viver em harmonia com o meio, se propondo a ser um campo de conhecimento que orienta estilos de agriculturas sustentáveis, saúde humana e do planeta, outras relações de mercado, cooperativismo e solidariedade.

A partir desta perspectiva, as hortas orgânicas que veem sendo desenvolvidas por algumas famílias no Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS representam importante fonte de investigação no que tange à qualidade de vida e empoderamento familiar. Pois, sabe-se que além da luta pela terra, a Reforma Agrária Popular proposta pelo MST objetiva a autonomia dos sujeitos que vivem no campo e a soberania alimentar do país. Nesse sentido, busca-se identificar, neste trabalho, se as hortas orgânicas estão contribuindo para o empoderamento das famílias envolvidas nesta atividade.

Em meio à hegemonia imposta pelo capital (monocultivos, agrotóxicos, desmatamento, contaminação e extinção de águas e nascentes, entre outros), a Agroecologia surge como um campo de conhecimento que propõem alternativas de qualidade de vida e produção saudável de alimentos. Desta forma, a pesquisa se justifica pela necessidade de alternativas de ação de contraposição ao modelo

agroexportador, que além de não garantir a alimentação para o mercado interno, promove conflitos territoriais que têm como consequência, entre muitas outras mais, a destruição dos recursos naturais, a concentração de terras e o êxodo rural.

Buscando identificar alternativas inspiradas na Agroecologia, foi escolhido o Assentamento Filhos de Sepé como referencial empírico da presente pesquisa, que foi desenvolvida em três fases. A primeira fase constou do levantamento de dados secundários. Fizeram parte desta fase a realização de seleção, fichamento e leitura de material bibliográfico sobre a estrutura agrária brasileira, movimentos sociais, em especial, o MST, Agroecologia e empoderamento familiar. A segunda fase foi a coleta de dados primários junto às famílias produtoras das hortas orgânicas, objetivando levantar dados sobre o sistema produtivo e sua organização no que tange à produção e mercado. A terceira fase foi originada do cruzamento de dados e informações, permitindo uma análise do caso específico das hortas orgânicas dentro do assentamento. Dessa forma, essa fase foi efetivada a partir da análise de parâmetros sobre o processo produtivo e organizacional e redação final.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, empregando fontes de informações bibliográficas, entrevistas e observações em visitas a campo. Estes instrumentos de coleta de dados foram utilizados no desenvolver da pesquisa, por serem técnicas a princípio, mais adequadas para o alcance dos objetivos.

As seis famílias pesquisadas são amostras intencionais escolhidas por serem reconhecidamente produtoras de hortas orgânicas, tendo assim, representatividade com relação à temática aqui trabalhada, possibilitando o aprofundamento no entendimento das especificidades de cada uma delas. Além disso, estas famílias demonstram outras características interessantes que podem contribuir para uma análise diversificada. Classificamos as seis famílias da seguinte forma: uma família que trabalha individualmente contando apenas com a mão de obra familiar (Família 1), cinco famílias que trabalham de forma coletiva e contam com mão de obra assalariada (Família 2).

As Dinâmicas do Espaço Agrário Brasileiro

O histórico da construção do espaço agrário brasileiro evidencia diversas nuances, sobretudo a apropriação do capital sobre a terra. O Brasil é um país com alto índice de desigualdade na distribuição de terras e riquezas e, por isso, os movimentos sociais de luta pela terra são fundamentais na busca pela democratização da terra e para manter na agenda nacional a questão agrária brasileira.

Desde sua ocupação em 1500, o Brasil passou por diversos processos de apropriação de território e distribuição de terras. Começando pelas Capitânicas Hereditárias, passando pelas Datas e Sesmarias, até chegar à Lei de Terra de 1850, todas estas formas de distribuição de terras contribuíram para um legado de uma estrutura agrária desigual e concentrada.

Dessa forma, o espaço agrário brasileiro se formou e, atualmente, mantém sua estrutura baseada na grande propriedade. Políticas voltadas para modernização do campo foram implantadas em meados do século XX, buscando o aumento da produtividade para a exportação, principalmente de commodities agrícolas. Nesse contexto, a agricultura familiar, representada por camponeses, quilombolas, ribeirinhos, meeiros, posseiros e etc., foi excluída do processo de modernização do campo pela ausência de capital para investimento.

As consequências sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas foram devastadoras, e ainda, foram acentuadas a partir da consolidação deste modelo nos anos de 1980/90. A modernização conservadora¹ excluiu a agricultura familiar descapitalizada, provocando o êxodo rural, inchaço populacional dos grandes centros urbanos com a consequente favelização e marginalização desses povos saídos do campo.

Este é o cenário construído pelo Estado brasileiro, que corrobora o modelo no qual o capital dita as regras de toda a cadeia produtiva, tentando invisibilizar todas as formas de produção (seja de gêneros alimentícios ou não) que não estejam sob sua égide: “A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (FERNANDES, 2004, p. 06) .

Uma das formas de enfrentamento a esse modelo hegemônico poderia ser a Reforma Agrária, que jamais aconteceu efetivamente. Com a lentidão de execução da Reforma Agrária que se mostra no cenário político nacional, surgem os movimentos sociais de luta pela terra, buscando garantir uma redistribuição de terras, renda e riquezas, além de minimizar os impactos sociais e ambientais provocados pelo modelo hegemônico de produção da agricultura, representado pelo agronegócio.

O MST propõe um novo modelo de Reforma Agrária, que chamou de Reforma Agrária Popular. Esta proposta difere do modelo clássico de reforma agrária, desenvolvimentista e produtivista, não se trata mais, apenas, de distribuição de terra para produção de alimentos.

Esta proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 149).

Além desta proposta que dinamiza e moderniza a Reforma Agrária no país, implementando questões fundamentais à sociedade na atualidade, é importante ressaltar que o MST firmou um compromisso com a qualidade do alimento a ser produzido em seus assentamentos. Assim, em 2007, ao firmar este compromisso através de sua carta de princípios, a Agroecologia foi incorporada, passando a fazer parte de sua missão.

Assim, surge mais um desafio para a agricultura familiar que compõe os assentamentos de Reforma Agrária por todo o Brasil. Implementar a Agroecologia como um campo de conhecimento científico que propicia elementos para a elaboração de estratégia de ruptura e substituição do modelo hegemônico de produção no campo, que vem deteriorando a estrutura social brasileira, devastando os recursos naturais, empobrecendo a população, concentrando terras e riquezas.

A Agroecologia pretende empoderar os sujeitos sociais no caminho para o enfrentamento e ruptura com o modelo hegemônico de produção no campo. Contudo, cabe ressaltar que empresasⁱⁱ de capital transnacional dominam toda a cadeia produtiva a nível mundial, portanto esta luta se caracteriza também pela luta de classes, é desigual e desumana.

A Agroecologia, em seus princípios, invoca a sustentabilidade, nas dimensões social, ambiental e econômica. Postula como elemento basilar à equidade e, ainda, orienta distintos estilos de agriculturas sustentáveis que contribuem para a Soberania Alimentar dos povos.

Contudo, no Brasil, é grande a inserção de insumos químicos, agrotóxicos, mecanização e industrialização da agricultura a partir da modernização conservadora do campo. E as consequências da implantação do pacote tecnológico estão estampadas nas esferas social, ambiental, cultural, econômica e política na sociedade brasileira. Recentemente, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) se posicionou pela primeira vez a respeito das implicações do uso dos agrotóxicos para a saúde humana, que chegou ao nível de consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante (INCA, 2015).

[...] o objetivo deste documento é demarcar o posicionamento do INCA contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos no Brasil e ressaltar seus riscos à saúde, em especial nas causas do câncer. Dessa forma, espera-se fortalecer iniciativas de regulação e controle destas substâncias, além de incentivar alternativas agroecológicas aqui apontadas como solução ao modelo agrícola dominante. (INCA, 2015, p. 02).

A Agroecologia então, entrou nas discussões ao redor do mundo com o objetivo de propor alternativas para combater o modelo dominante e degradante: “A partir de 1980, as lutas por uma agricultura limpa, [...] encontraram eco na

palavra **agroecologia**, significando uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35).

O conceito de Agroecologia vem se formando nas últimas décadas a partir da importância que ela vem tomando no cenário atual, para Altieri (2012, p. 105), a Agroecologia “[...] vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e aportes externos de energia”. O autor afirma ainda que ela: “ênfatisa agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.” (ALTIERI, 2012, p. 105).

Portanto, a Agroecologia se mostra não somente como uma outra forma de produzir alimentos de qualidade, mas também como um campo de conhecimento que orienta modos de produção atentos aos recursos naturais, buscando provocar o menor impacto possível no ambiente. Além disso, prima pela biodiversidade, pela função social da terra, pelos mercados locais, ou seja, a partir de suas premissas inspira outro modo de vida que não seja baseado no consumo exagerado e acúmulo de capital, buscando a Soberania Alimentar dos povos.

A Soberania Alimentar está diretamente ligada à produção de alimentos. Mas não somente produzir é necessário produzir alimentos de qualidade, diversificados, livres de venenos, de forma que proteja a saúde do agricultor, a saúde do consumidor e não impacte os recursos naturais e considere as questões de gênero (LA VIA CAMPESINA, 2015).

Além de controlar a produção e proteger os produtores locais das importações e domínio empresarial do mercado, o ideário da Soberania Alimentar busca garantir que “los derechos de uso y gestión de tierras, territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial.” (LA VIA CAMPESINA, 2015). Estas características estão diretamente ligadas à questão do empoderamento social.

Quando se fala em empoderamento, pode-se pensar nas relações de poder presentes na sociedade. A sociedade do século XXI se caracteriza pela capacidade de mudanças e encontros, e, nesse sentido, acreditamos que os movimentos sociais tiveram e, ainda têm, papel fundamental nesses processos. Nas décadas de 1960 a 1980, em diversos países, ocorreram lutas e reivindicações dos movimentos sociais, desencadeando práticas sociais que deram início aos diversos processos de empoderamento (GOHN, 2004).

No caso do empoderamento de famílias assentadas pela Reforma Agrária através do MST como base de luta, este processo pode ser iniciado a partir da formação política proporcionada pelo próprio movimento e, ainda, a partir da ideologia que rege a vida destas famílias. Cabe ressaltar que os processos que envolvem empoderamento guardam relação com transformações do *status quo* na busca por direitos, geralmente, de minorias, grupos excluídos e/ou marginalizados. A necessidade de empoderamento destes grupos se faz no sentido de garantirem sua participação de forma democrática no cotidiano dos processos coletivos,

obtendo controle sobre suas vidas e compreendendo o contexto no qual estão inseridos (GOHN, 2004).

Para Perkins e Zimmerman (1995, p. 01) o empoderamento pode ser definido como: “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Já Gohn (2004, p. 23) conceitua o empoderamento como a “capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento de projetos”.

A capacidade dos indivíduos e comunidades de agir e decidir sobre suas vidas, assim como ter influência e visibilidade perante a sociedade, depende do empoderamento numa perspectiva emancipatória. O empoderamento está relacionado à busca de melhor qualidade de vida, a transformações no *status quo*, integração política, integração econômica, integração social e sustentabilidade (ANTUNES; ROMANO, 2002).

Por isto, é necessário que os agricultores e agricultoras assentados se transformem nos protagonistas de suas histórias e de seu desenvolvimento, pois acreditamos que a mudança social só pode ser possível a partir da experiência de empoderamento destas famílias.

Essas experiências têm em comum o fato de mostrarem que o reconhecimento da identidade e a conquista de direitos são parte do processo de auto-organização, seja em suas organizações próprias e nos movimentos específicos, seja na intervenção junto a organizações mistas. O processo de empoderamento vem junto com a participação política individual e coletiva na construção de redes de integração e coesão social. (PACHECO, 2009, p. 03).

A partir das redes de integração e coesão social, as famílias do Assentamento Filhos de Sepé envolvidas nesta pesquisa, mostraram indícios de que estão em processo de empoderamento.

O Universo Empírico da Pesquisa: Assentamento Filhos De Sepé

O Assentamento Filhos de Sepé, localizado em Viamão/RS (Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA), foi constituído em dezembro de 1998. Com área de 9.500 hectares (ha), sendo 2.500 ha referentes ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (Área de Proteção Ambiental – APA), 3.500 ha de área de várzea (banhado), 500 ha de lâmina d’água da Barragem Águas Claras, e o restante, 3.000 ha de lotes secos em altitudes mais elevadas (DIEL, 2011).

Foram assentadas 375 famílias sem nenhuma infraestrutura (água, luz, escola, entre outros). O assentamento se organizou em quatro setores, cada um com

uma agrovila, com isso, se configurou um arranjo territorial de lotes de moradia e lotes de produção. Em função de estar localizado em uma APA, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta em 2004, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Prefeitura Municipal de Viamão e a direção do assentamento estabelecendo alguns critérios que regulamentam a produção naquele local. Entre os critérios estabelecidos consta a produção orgânica, proibindo o uso de sementes transgênicas e agrotóxicos.

Passados 17 anos da implantação do assentamento, as realidades observadas no local são diversas. As famílias foram se adaptando e integrando as diversas atividades de acordo com seus interesses e possibilidades. Contudo, a principal atividade produtiva do Assentamento Filhos de Sepé hoje é a produção de arroz orgânico.

Além disso, o assentamento conta com diversas produções, entre elas estão as culturas de mandioca, milho, batata doce, batata inglesa, feijão e hortaliças. Já as principais culturas perenes cultivadas são: laranja, abacate, caqui, goiaba e nozes. As principais criações são de bovinos de corte e leite, ovinos, caprinos e aves (DIEL, 2011). Este rico universo é responsável pelo sustento e reprodução das 375 famílias ali assentadas.

Caracterização das Famílias

A partir da caracterização da área de estudo, identificaremos as famílias envolvidas nesta pesquisa que serão tratadas como família 1 (trabalha de forma individual, contando apenas com a mão de obra familiar) e família 2 (constituindo um grupo de cinco famílias que trabalham de forma coletiva, com mão de obra familiar e contratada).

A família 1, é composta por um casal assentado no Filhos de Sepé desde o início de sua implantação, sempre foram agricultores, porém toda a produção era baseada em insumos químicos: “só lidava com veneno lá na Joia né, não queria mais aquilo” (Família 1, 2015).

Quando conheceram o MST, vislumbraram uma oportunidade de mudar de vida, de terem sua própria terra e poder nela trabalhar a partir de um outro modelo de produção. Seu caminho no movimento começou quando foram acampados no município de Canguçu (localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul) durante 3 anos e, em 1998, foram ali assentados, onde se encontram até os dias atuais.

O casal tem dois filhos, sendo uma mulher casada (com dois filhos de sete e 14 anos), assentada no município de Bossoroca (localizado na região das Missões/RS), produtora de leite convencional que, iniciou junto ao companheiro há 2 anos, a produção de horta orgânica. O filho mora, trabalha e estuda no município de Passo Fundo (localizado na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul), cursa Ciências Contábeis e não tem a intenção de trabalhar no lote da família, o que nos leva a pensar a questão da sucessão familiar, tema de grande relevância que merece estudos mais aprofundados.

O casal conta com o lote de moradia e o lote de produção, assim como estabelece a organização socioterritorial do assentamento. Inicialmente, se envolveram com o gado de corte no lote de produção (12 ha) e uma pequena produção diversificada para subsistência no lote de moradia (2 ha). Depois de alguns anos, deixaram a produção do gado de corte e se envolveram com o arroz orgânico, já que a rentabilidade era maior, mantendo a produção de subsistência que aos poucos foi se expandindo e o excedente passou a ser comercializado. A moradia familiar é simples, mas estruturada o suficiente para se viver bem e com dignidade.

Já o grupo composto por cinco famílias que trataremos aqui como “família 2” conta com um total de 16 pessoas, contudo, adultos em fase produtiva, são 10 e geram em torno de quatro empregos diretos. O grupo é constituído por três famílias com laços de parentesco (antigos trabalhadores em minas de pedras preciosas em Ametista do Sul) e duas famílias de amigos. Segundo relato dos entrevistados, foram convidados a participar do MST na década de 1990, e naquela ocasião não conheciam nada sobre o movimento, apesar disso, se envolveram na luta e acamparam por três anos, sendo assentados quando da implantação do Filhos de Sepé. Quanto às outras duas famílias, uma delas é oriunda do município de Dom Pedrito, na Campanha Gaúcha, e a outra de Quaraí, na fronteira com Argentina. Ambas também foram assentadas desde o início deste assentamento e sempre tiveram a agricultura como atividade produtiva.

Ao serem assentados, os três irmãos iniciaram suas atividades produtivas com a produção de leite e gado de corte, além de trabalhar em outras atividades em regime assalariado. Na medida em que o tempo passou, perceberam uma alternativa de produção que eram os produtos orgânicos e decidiram se dedicar a esta atividade. Assim, iniciaram a produção das hortas há cinco anos, em apenas 0,8 ha, hoje as hortas ocupam 12 ha.

Nestes cinco anos, além de grandes investimentos, congregaram também mais duas famílias, dando continuidade ao trabalho coletivo que vinha sendo desenvolvido. Atualmente mantêm o gado de corte (em torno de 135 cabeças). As outras duas famílias também estão ligadas a outras atividades, uma delas possui um pequeno mercado e a outra também está envolvida com a lavoura de arroz.

As residências de todas as famílias deste grupo são bem estruturadas, com algumas diferenças entre elas. Algumas um pouco mais sofisticadas e outras nem tanto. Mas observa-se que são garantidas as necessidades essenciais para todas elas.

Desta forma, percebe-se que todas as famílias envolvidas na pesquisa congregam mais de uma atividade. A horta não é a única fonte de renda, contudo, é a principal para todas elas. O que pode se perceber é que antes do início das atividades das hortas, estas famílias vinham sobrevivendo a partir de diversas atividades, buscando de alguma forma uma renda que possibilitasse acesso aos serviços básicos e maior qualidade de vida. Contudo, não haviam alcançado uma estabilidade econômica suficiente para promover a melhoria na qualidade de vida.

As Hortas Orgânicas: Organização e Empoderamento

Discutimos a identificação e caracterização do processo produtivo/organizacional das famílias, levantando a situação socioeconômica das mesmas atualmente e considerando as perspectivas das famílias. Esta discussão será feita apresentando, também, autores que corroboram a produção de hortas orgânicas, assim como sua inserção no contexto do empoderamento familiar.

O processo produtivo e organizacional da Família 1 se difere bastante das outras. Composta por um casal de meia idade, oriundos de uma região com agricultura convencional baseada na intensa utilização de insumos químicos, maquinário pesado e agrotóxicos, buscavam uma outra forma de viver e produzir.

Como já exposto na caracterização das famílias, o lote de produção do casal é direcionado à produção do arroz. Contudo, na última safra (2014/15) não houve produção naquele lote (12 ha) devido a problemas técnicos com a distribuição de água para irrigação oriunda da barragem do assentamentoⁱⁱⁱ. Dessa forma, a família conta este ano apenas com a renda oriunda da horta orgânica, que por sua vez, é localizada no lote de moradia (2 ha).

Esta família consegue desenvolver em apenas dois hectares diversas culturas, e optou pela forma de trabalho individual porque acredita que a autonomia com relação ao que plantar, ao horário de trabalho, às decisões tomadas, é sempre maior: “individual não tem hora né, é de manhã, é de tardezinha, é a hora que dá, o cara vai lá e faz o serviço que precisa naquela hora” (Família 1).

A produção é diversificada, são frutas (pêssego, bergamota, figo, melancia, caqui, maracujá, uva, limão, laranja, banana, abacaxi, abacate, goiaba, mamão), hortaliças, leguminosas e tubérculos (alface, couve, repolho, rúcula, radiche, brócolis, agrião, espinafre, rabanete, pepino, mandioca, cebola, salsa, cebolinha, abóbora, feijão, tomate, pimentão, milho, cenoura, beterraba) e alguns derivados da produção animal (ovos e salame). A produção é orgânica, fator de grande relevância no contexto nacional, já que o Brasil está entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo.

Em 2008, o Brasil assumiu o posto de maior consumidor de agrotóxico do mundo. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o país se tornou também o principal destino de agroquímicos banidos de outros países. Nas lavouras nacionais, são utilizados pelo menos dez produtos atualmente proibidos na Europa e nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Assim, a produção orgânica passa por um processo diferenciado daquele da produção convencional. Os tratos com o solo, água e a relação do agricultor com os recursos naturais se dá de forma harmoniosa, possibilitando a produção de alimentos limpos e saudáveis.

A utilização de cobertura vegetal no manejo do lote pela Família 1 (como o sorgo, por exemplo) propicia ao solo maior fertilidade. A cobertura com palha e capim evita a erosão e ainda faz com que a água fique ali retida, armazenando-a para tempos de estiagem. Os solos são compostos de água, minerais, gases e também de matéria orgânica: “Um princípio fundamental da agricultura orgânica é a compreensão de que o solo é um organismo vivo, naturalmente dotado de fertilidade e em constante inteiração com sua cobertura vegetal” (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Além da cobertura vegetal, outros cuidados são tomados no manejo do solo do lote na produção da horta orgânica, como o uso de adubação verde, composto orgânico (compostagem), minhocário e, também são usadas cinzas que são ricas em potássio e aumentam rapidamente o pH do solo, deixando-o mais alcalino.

A irrigação é feita a partir da coleta de água da chuva, outra estratégia utilizada pela Família 1, além disso está sendo construído um poço: “cada canteiro tem um registro, se quiser tratar apenas um canteiro para algum tipo de praga que aparecer, coloca o tratamento no depósito de água e fecha os registros dos outros canteiros” (Família 1).

Outro diferencial da Família 1 é a produção de sementes e mudas que está em fase de implantação e consolidação (a produção de mudas ainda está restrita às árvores frutíferas), o que colabora para diminuir o custo da produção e ainda garante sua qualidade, evitando a compra de insumos externos e não correndo o risco de introduzirem sementes geneticamente modificadas e tratadas com agrotóxicos na horta orgânica.

Todas estas características de manejo do lote nos remetem aos preceitos da Agroecologia. Vale ressaltar, que a Agroecologia abrange não somente a produção orgânica, mas todo um rearranjo socioterritorial e modo de vida, unindo saberes tradicionais camponeses e ciência, em um dueto que busca maior eficácia na produção alimentar sem colocar em risco a saúde humana e os recursos naturais.

Além disso, as relações de mercados também são alteradas. Redes locais de comercialização devem ser priorizadas tanto para garantir um menor percurso (qualidade do alimento e menos combustível) quanto evitar os atravessadores que encarecem o produto, diminuindo a renda do produtor e aumentando o custo para o consumidor final. Assim é comercializada a produção da Família 1, além de entregar parte da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)^{iv}, as frutas e hortaliças são vendidas em feiras locais e, também, no próprio lote para consumidores que se deslocam até lá, buscando garantia de qualidade e preço justo por uma alimentação saudável.

A assistência técnica e extensão rural tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento das atividades. A colaboração entre técnicos e a Família 1 funciona efetivamente, com visitas técnicas e auxílio no manejo do lote: “O pessoal da Coptec^v ajuda muito a gente aqui né, se precisar deles é só chamar que eles dão um jeito e vem. Acho que não fazem mais porque não tem gente suficiente mesmo para atender todo mundo.” (Família 1). Exemplo disso foram as bergamotas que deram ferrugem no ano de 2014, a técnica verificou e deu a

receita de uma calda para acabar com o problema, o que foi controlado rapidamente: “[...] destaca-se a participação crescente na oferta de assistência técnica e extensão rural, considerada desejável pelo fato de propiciar maior adequação às necessidades e consideração das potencialidades e condicionantes locais.” (LISBOA et al. 2012, p. 70).

As perspectivas são de aumentar a horta, aproveitando alguns espaços que ainda estão ociosos, e fazer mudas de toda sua produção, não somente das árvores frutíferas. As sementes usadas eram compradas da Bionatur^{vi}, agora a produção de sementes já está sendo feita a partir do próprio lote.

Segundo as informações obtidas com a Família 1, a forma de produção adotada por eles tem sido eficaz no que tange à própria produção e para o sustento da família. Sua estratégia tem se dado sob outra lógica, negando o modelo hegemônico de produção e, ainda assim, garantindo a segurança alimentar da família, acesso aos serviços básicos de manutenção da vida, lazer, e demais bens de consumo necessários para a sobrevivência no dia a dia, caracterizando o empoderamento familiar.

Empoderar, aqui, significa *conquista* de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que esses tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas. (HOROCHOVSKI, 2007, p. 120).

Portanto a situação socioeconômica atualmente, a partir da produção da horta orgânica, é satisfatória e está de acordo com o que a família busca para sua reprodução e para sua vida.

A Família 2, por sua vez, se caracteriza por um processo produtivo e organizacional a partir do trabalho coletivo. O grupo é formado por cinco famílias e conta com mão de obra contratada/assalariada. Buscaram na produção orgânica uma oportunidade de diversificar suas atividades e compor a renda familiar, sendo atualmente a renda principal.

O trabalho coletivo passa por um processo social e democrático já que as decisões são tomadas também no coletivo, sobretudo no dia a dia. Não existem espaços específicos para estas tomadas de decisões, é no cotidiano, em meio ao trabalho nas lavouras que as cinco famílias mantêm discussões acerca de todo o processo produtivo.

A tomada de decisão está ligada a todas as organizações, na agricultura, porém, observa-se uma maior complexidade do mesmo. Evento que se refere a elementos como: o pequeno produtor não responder a critérios simples de otimização; as decisões serem baseadas, na maioria dos casos, no bom senso e no

conhecimento empírico e, por outro, na visão global de seu meio que o faz considerar um complexo de consequências de acordo com os objetivos que pretende atingir, então passa a agir e a gerir seu sistema de produção conferindo-lhe uma lógica, uma racionalidade que lhe é própria, condicionada por um ambiente físico, social, cultural, institucional, político e econômico (TROIAN et al., 2009, p. 06).

Dessa forma, a família 2 precisa lidar com o processo produtivo em si e, além disso, com os processos decisórios que podem ser complexos. No entanto, a parceria firmada entre as cinco famílias mostra sinais de que o trabalho coletivo vem dando certo. A renda é dividida igualmente entre as famílias e a mão de obra contratada é paga através de diárias. É importante ressaltar que as mulheres das cinco famílias estão envolvidas na produção, cada uma tem responsabilidade por sua atividade e todas elas são responsáveis pelos “amarramentos” das hortaliças. Estão inseridas também da parte organizativa, contudo, as decisões finais acabam sendo tomadas pelos homens. Seguindo assim, um modelo patriarcal como o restante da sociedade.

O grupo vem investindo em infraestrutura desde o início da implantação das hortas orgânicas, ou seja, irrigação, maquinário, galpão, armazenamento de água, veículo para transporte da produção, entre outros. Os 12 ha de lavoura são estruturados com sistemas de irrigação, parte por aspersor e parte por gotejamento, o sistema de irrigação varia de acordo com o tipo de cultura produzida em cada canteiro. A partir desta infraestrutura, a produção das hortas orgânicas é bastante diversa, contando com: alface, couve, repolho, rúcula, radiche, brócolis, agrião, espinafre, rabanete, pepino, cebola, salsa, cebolinha, tomate, pimentão e cenoura.

O manejo das lavouras neste caso é feito a partir de técnicas nas quais nenhum tipo de adubo químico e/ou agrotóxico é utilizado, contudo, os preceitos agroecológicos que vimos no lote da Família 1 não são aqui colocados em prática. As atividades se resumem na produção orgânica, são utilizados adubos orgânicos como a cama de aviário. No caso de alguma doença na lavoura também são utilizadas técnicas que garantam a qualidade e saúde do alimento como composto contra lagartas feitos a partir da própria lagarta, caldas e etc.

A manutenção tende a prevenir pragas e doenças, o que ocorre graças a fatores como a escolha por produzir culturas diversificadas, a adoção de técnicas de adubação orgânica e a conservação de fragmentos florestais originais no entorno da lavoura. Medidas como estas concorrem para a manutenção de um manejo integrado de pragas, visando não a eliminação dos agentes considerados indesejáveis, mas um manejo

que os mantenha abaixo de um nível prejudicial às lavouras. (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

As ervas indesejáveis são eliminadas com a retirada manualmente, utilizando ferramentas como enxadas. Utiliza-se ainda a estratégia de troca do local de produção, o rodízio além de garantir o pousio para descanso e recomposição do solo de forma natural, propicia a utilização das áreas de acordo com a época do ano, relacionando a estação com as características do solo. Dos 12 ha de lavoura, cerca de oito ha estão localizados em uma área mais baixa e úmida, propícia para ser utilizada durante o verão, que é quente e seco na região. Enquanto os outros quatro ha estão localizados em uma área mais alta, na qual durante o inverno frio e úmido, conta com um solo mais arenoso e mais distante das áreas de banhado, que abrangem boa parte do assentamento. Oliveira (2010, p. 30) corrobora esta técnica:

Uma estratégia favorável a este manejo é a rotação de cultura, que apresenta a vantagem adicional de promover um melhor aproveitamento dos nutrientes disponíveis. No caso desta estratégia, recomenda-se a alternância entre alimentos de famílias diferentes. Depois de se plantar um fruto, por exemplo, planta-se uma folha, em seguida uma raiz, e assim por diante.

Estas opções foram feitas a partir de experiências empíricas dos próprios agricultores e, também, com o auxílio da assistência técnica, que já foi mais presente no acompanhamento destas lavouras. Contudo, com o passar do tempo e a apreensão das técnicas, atualmente a Família 2 se sente segura para avançar em sua produção de forma mais independente.

E nesse sentido, a partir das experiências adquiridas, foram também desenvolvendo sua rede de escoamento da produção. A localização do assentamento contribui bastante para esta dinâmica, localizado na RMPA, a proximidade com o mercado consumidor é um diferencial. Toda a produção (cerca de três mil caixas por mês) é escoada para médios e grandes mercados de alguns municípios que compõem a RMPA, como Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, entre outros.

Existe uma grande preocupação com a estética do produto para que seja valorizado no mercado. É importante ressaltar que estas lavouras ainda não são certificadas com o Selo Orgânico, e estas famílias esperam que com o processo de certificação findado, seus produtos possam ser mais valorizados economicamente.

As famílias que compõem este grupo ainda mantêm em seus lotes de moradia, algumas outras culturas e criação de animais para autoconsumo. E suas perspectivas de futuro estão centradas em manter as lavouras de hortas orgânicas sem intenção de aumentar área, mas sempre na busca de tecnologias

que possam auxiliar no aumento da produtividade. Pretendem, por enquanto, manter a infraestrutura construída até o momento sem alargar os investimentos, proporcionando uma renda para que possam investir na educação dos filhos: “a gente quer que eles estudem e venham trabalhar aqui com a gente, mas não plantando alface e sim dando assistência técnica né.” (Família 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, pode-se inferir que o modelo de produção de alimentos existente ao redor do mundo atualmente mostra-se excludente, elitista, socioeconomicamente e ambientalmente insustentável. É um modelo de produção que agrega concentração de terras e riquezas, expulsa os camponeses e camponesas do campo e degrada, de forma contundente, os recursos naturais. Estes fatores estão entre tantos outros que apontam para uma crise alimentar e uma iminente crise do modelo hegemônico de produção de alimentos.

Sabe-se que a crise alimentar mundial nada tem a ver com a quantidade de alimentos produzidos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (Relatório, 2014) estima que atualmente são produzidos três vezes mais a quantidade de alimentos necessários para alimentar toda a população do planeta. Portanto, o problema não está na produção, e sim na forma de produção e na sua distribuição. E, por isso, além da crise alimentar, a crise da produção de alimentos necessita ser elencada como tema de pesquisas de forma aprofundada, buscando alternativas que possam substituir este modelo, que se mostra falido na perspectiva social, ambiental e sustentável.

É importante ressaltar que, uma das consequências do atual modelo de produção é a erosão cultural alimentar, entendendo-a como a decadência da diversidade alimentar dos povos, assim como a perda da segurança e soberania alimentar.

Nesse sentido, entendemos o MST como uma estratégia de luta contra esta estrutura hegemônica através da Reforma Agrária, e que pode vir a ser fundamental na luta pela Soberania Alimentar. O MST surge na contramão da estrutura fundiária brasileira, ascendendo a questão agrária e, mais recentemente, vem se inserindo na luta direta contra o modelo de produção de alimentos baseado no pacote tecnológico composto por insumos e venenos químicos, balizado pelo alto consumo de combustível fóssil, levantando mais um ponto a respeito das crises que envolvem esses temas: a produção e consumo de energia.

A partir disso, o movimento vem defendendo a transição agroecológica em seus assentamentos de Reforma Agrária. Acredita-se que a Agroecologia, enquanto campo de conhecimento científico, é uma alternativa efetiva para a produção de alimentos, que pode produzir alimento saudável para a população.

É neste contexto que vimos inserido o Assentamento Filhos de Sepé, buscando, principalmente a partir de suas especificidades de localização, uma produção limpa de alimentos, a democratização do acesso a terra, segurança e Soberania Alimentar. Assim como as famílias envolvidas nesta pesquisa, que também estão

inseridas em uma forma alternativa de produção de alimentos, cada qual com suas particularidades.

Refletindo então a respeito das seis famílias pesquisadas e considerando os objetivos deste trabalho, pode-se perceber que todas elas estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica antes de serem assentadas. Podendo não garantir o acesso às necessidades básicas para a sobrevivência humana de saúde, educação, moradia e alimentação. Ao serem assentadas e começarem a acessar créditos provenientes de políticas públicas, puderam iniciar a construção de uma estrutura com o objetivo de garantir uma maior qualidade de vida. Portanto, a situação socioeconômica das seis famílias pesquisadas antes de iniciarem a produção das hortas orgânicas, pode ser caracterizada como uma situação vulnerável e instável, negando aos membros familiares o acesso às suas necessidades básicas, inclusive sobre alguns direitos fundamentais^{vii}.

Percebe-se ainda, um salto econômico nesse processo, no momento em que decidiram se dedicar à produção das hortas orgânicas. Apesar de estarem envolvidas em outras diversas atividades, o início da produção das hortas orgânicas marcou uma possível estabilidade financeira a ser alcançada. Esta estabilidade financeira vem sendo acompanhada de maior independência de políticas assistenciais e acesso a diversos fatores que promovem a melhor qualidade de vida, como moradia digna, educação para os filhos e filhas, alimentação saudável, entre outros. Por conseguinte, entende-se que a inserção na produção das hortas orgânicas vem colaborando para que as famílias pesquisadas possam transformar suas realidades, apresentando uma diferenciação em seu quadro socioeconômico ao período anterior de produção das hortas orgânicas.

Contudo, foi necessária uma readaptação na forma de produzir, portanto, o processo produtivo/organizacional das famílias passou por uma transformação com o objetivo de atender as necessidades da produção orgânica.

Observou-se na Família 1, que esta se inseriu em uma forma de produção muito próxima aos preceitos da Agroecologia. O lote de moradia, no qual é desenvolvida a produção das hortas, vem sendo cada vez mais adaptado para a produção de alimentos limpos, buscando o aproveitamento das potencialidades ali encontradas e a manejo sustentável dos recursos naturais. O lote está configurado sob outra lógica de produção/consumo/segurança alimentar diferente daquela lógica hegemônica de acumulação de riquezas.

Os recursos naturais são tratados de forma harmoniosa em relação à ocupação humana. Com eficiente manejo do solo, dos recursos hídricos, aproveitamento de energia e a combinação entre ciência e saberes tradicionais. Além disso, outras três dimensões dos preceitos agroecológicos estão presentes nesta família, a supressão de insumos químicos e agrotóxicos, a forma de consumo e o mercado. Com a grande variedade na produção, a família acaba por consumir o mínimo de produtos externos em sua alimentação, e, quanto ao mercado, as redes locais e vendas diretas ao consumidor possibilitam a eliminação dos atravessadores e transportes de longa distância – barateando os custos de produção e eliminando grande parte do consumo de combustível fóssil.

Já a Família 2, por sua vez, se concentra na produção orgânica sem o uso de insumos químicos e agrotóxicos, contudo, não demonstra todas as dimensões que a Agroecologia abrange. Mantém o manejo adequado dos recursos hídricos, manejo do solo a partir de insumos orgânicos, emprega trabalhadores assalariados garantindo a permanência no campo dos jovens envolvidos na produção, que é diversificada e adota técnicas de rodízio de áreas e produção de culturas de acordo com a perenidade anual. Entretanto, o aproveitamento de energia é deficiente e se mostra bastante dependente de combustível fóssil, além disso, as potencialidades dos lotes não são totalmente aproveitadas, os adubos orgânicos, por exemplo, são externos. São usadas cerca de cinco cargas mensais de cama de aviário, com um valor de R\$900,00 cada uma delas, esta adubação que não é produzida por eles, e sim comprada, acaba por encarecer a produção.

As famílias que compõem este grupo parecem estar, de certa forma, inseridas na lógica hegemônica de mercado. A produção é escoada para redes de supermercados, em um processo no qual o próprio supermercado compõe o papel de atravessador. Além disso, o ideal de consumo familiar, tanto para a alimentação quanto para bens de consumo parece acompanhar a estrutura do modo de produção capitalista, na qual o consumo acentuado está presente, sobretudo no consumo incentivado pela grande mídia, como por exemplo, a compra de veículos de passeio de luxo com auto valor de mercado.

Com relação às perspectivas das famílias envolvidas, todas elas demonstram satisfação com a situação atual e pretendem manter sua produção de hortas orgânicas. Porém sem aumento de área plantada, já que existe o limite de concessão de terras sendo assentados, contudo, buscando tecnologias coerentes com a produção orgânica para aumento de produtividade na área já plantada. A Família 1 objetiva se integrar cada vez mais na produção baseada nos preceitos agroecológicos, mas por outro lado, pode ser levantado o obstáculo da sucessão familiar, já que uma filha já é assentada em outro município e o filho não pretende trabalhar na terra. A questão de sucessão familiar vem sendo alvo de diversos estudos por se mostrar um entrave para o desenvolvimento rural. A Família 2, por outro lado, objetiva manter os investimentos feitos até o momento, contudo sem aumentá-los nos próximos anos, buscando usufruir da renda alcançada. A sucessão familiar dessas famílias, ainda não parece ser um problema, já que a maioria dos filhos ainda está na infância ou adolescência, não tendo condições de inferir seus propósitos futuros.

Por conseguinte, entende-se que a inserção na produção das hortas orgânicas vem colaborando para o empoderamento destas famílias no sentido de promover o controle sobre suas vidas e compreendendo o contexto no qual estão inseridos. Corroborando para a promoção de tomadas de decisões baseadas em escolhas próprias, capacitando-os a agir e decidir sobre suas vidas, tomando seus lugares na sociedade, sendo visibilizados numa perspectiva de empoderamento emancipatório.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: **Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANTUNES, M.; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 201?. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acesso em: 17 jun. 2015.

DIEL, R. **Gerenciamento de Recursos Hídricos: um estudo de caso no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional – Relatório 2014**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em fev. 2015.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade. v.13, n.2, p.20-31, 2004.

HOROCHOVSKI, R. R. **Desatando Nós: Associativismo Civil, Democracia e Empoderamento na Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná**. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos Agrotóxicos**, 2015. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

LA VIA CAMPESINA. **International Peasant's Movement**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em jan. 2015.

LISBOA, R. S. et al. **Extensão Rural no Rio Grande do Sul: evidências de configuração institucional pluralista?** In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (org.) Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos de reforma agrária no RS. Ijuí: Editora Ijuí, 2012.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Proposta de Reforma Agrária Popular do MST**. In: STEDILE, J. P. A Questão Agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, F. H. **Cultura Orgânica**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2010.

PACHECO, M. E. L. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. Agriculturas**. v. 6, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-Os-caminhos-das-mudan%C3%A7as-na->

constru%C3%A7%C3%A3o-da-Agroecologia-pelas-mulheres.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M. A. **Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings**. American Journal of Community Psychology. v. 23. n. 5. 1995. p. 569-79.

PFÄFFENSELLER, M. **Teoria dos direitos fundamentais**. Revista Jurídica, Brasília, v. 9, n. 85, jun./jul, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_85/artigos/MichelliPfaffenseller_rev85.htm>. Acesso em: 21 jun. 2015.

TROIAN, A. et al. **O Processo de Tomada de Decisão dos Agricultores Familiares Produtores de Uva Na Região Serra do Rio Grande do Sul: Um Estudo de Caso Para O Município de Flores da Cunha**. In: XII SEMEAD – Seminário de Administração FEA-USP. 2009. São Paulo. Anais... Programa de Pós-graduação em Administração da FEA-USP, 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhos_PDF/698.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

Contato com o autor: Alecsandra Santos da Cunha <alecsandrascunha@gmail.com>

Recebido em: 15/08/2016

Aprovado em: 10/12/2016

ⁱ Pelo termo modernização conservadora do campo é entendido que a caracterização da modernidade não altera as estruturas de desigualdade. No caso do meio rural, houve e ainda há a modernização da produção agrícola, através da inserção de tecnologias, mas se manteve e ainda mantém a desigualdade no campo, a inexistência de reforma agrária, ou seja, má distribuição de terra e renda, além do aumento da degradação ambiental.

ⁱⁱ Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras.

ⁱⁱⁱ Devido ao entupimento de algumas canaletas, cerca de 10 famílias não puderam plantar o arroz na última safra. As canaletas estão localizadas dentro da área do Refúgio da Vida Silvestre no assentamento, impossibilitando a entrada de máquinas para manutenção. Técnicos da equipe de assistência técnica, assentados e os responsáveis pelo Distrito de Irrigação veem buscando soluções para o problema, de forma que as famílias possam voltar a produzir e o Refúgio da Vida Silvestre não seja prejudicado.

^{iv} O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2017).

^v Coptec é a Cooperativa de Assistência Técnica, Ambiental e Social que presta assistência técnica em diversos assentamentos no Rio Grande do Sul, fazendo parte do Programa de Ates.

^{vi} A Bionatur é uma organização de agricultores assentados de reforma agrária, produtores de sementes orgânicas de diversas espécies vegetais, como olerícolas, forrageiras, ornamentais, e grandes culturas produtoras de grãos. Bionatur é a marca comercial das sementes, criada em 1997 e localizada em Candiota/RS.

^{vii} Para saber mais a respeito dos direitos fundamentais, ver Pfaffenseller (2007).